

Os pobres e a moradia. A arte de viver da fé! Em quem?



» FRANCISCO PAULO DO NASCIMENTO
Professor, pós-doutorando em educação

Brasil tinha 365.822 moradores em situação de rua em 2025 — subiu 39% em relação a 2023 e 11%, a 2024, segundo dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao mesmo tempo, notícia-se que o programa Minha Casa, Minha Vida faz vendas de imóveis baterem recorde, conforme reportagem do **Correio Braziliense** de 23 de fevereiro deste ano. Mérito da política habitacional. E para as pessoas em situação de rua, notícia sobre moradia? Nada, não é novidade. Talvez nem fé.

Em 1993, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou a Campanha da Fraternidade com o tema *Onde Moras*. Em 2026, 33 anos depois, a temática é *Fraternidade e Moradia*. Naquele ano, servidores públicos (policiais militares) atiraram em um grupo de 70 adolescentes e crianças em situação de rua, assassinando oito, na Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro. De lá para cá, o número de pessoas nessa condição aumentou. Quantos mais seres humanos pereceram?

Há um terço de século, a CNBB perguntou “Onde moras?”. Hoje, pergunta-se: o que fazem os executivos estatais para diminuir as agruras de quem está na rua?

Já na época do Banco Nacional da Habitação — produziu cerca de 4,3 milhões de moradias, grande parte para a classe média baixa —, destinou-se

apenas 6% dos recursos à moradia para pobres que ganhavam de um a três salários mínimos, que foram morar nos colares das cidades, quase sempre um aglomerado de pessoas e de habitações sem infraestrutura e serviços urbanos e longe do trabalho. Passaram de “sem teto” a “sem cidade”. Pessoas em situação de rua e muito pobres já eram, naquela época, invisíveis. Para esses, sobraram palafitas, marquis, casas de papelão, lona, restos de madeira, sob pontes. Vítimas de higienização social dos centros das cidades, pensada por executivos, foram expulsos para as periferias. A cidade não é para todos.

A moradia transcende ao conceito de casa própria, à cultura capitalista do patrimônio. Tem sentido sociológico de desenvolvimento humano, econômico e social de pessoas e famílias. É, primeiramente, direito constitucional, precondição para fruição de outros direitos sociais, para bem-estar social. Um lar para acolher pessoas e sua família.

Como colocar os pobres no orçamento talvez não seja difícil. E os miseráveis, em situação de rua, continuarão desatendidos? Permanecerão em tragédia humana, vítimas da inércia de quem recebe do erário para cuidar de pessoas, ricas, pobres ou infelicitadas pelos sistemas?

Impossível atender a pessoas em situação de rua e as muito pobres com recursos do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), fontes sobre as quais incidem juros e “correção monetária”. Sugestão: retirar esses segmentos das expectativas de atendimento via programas com custos financeiros e atendê-los com recursos não onerosos, a exemplo Fundo de Arrendamento Social (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

A promessa do presidente Lula de “colocar os

pobres no orçamento” requer a agregação de outra variável: “pôr gastos do Judiciário e do Legislativo nos limites da lei e da decência orçamentária”. Em 2023 e 2024, gastou-se R\$ 2,9 bilhões com penduricalhos retroativos (prebendas ilegais autoconcedidas). Em 2025, R\$ 50 bilhões do Orçamento da União foram destinados a emendas parlamentares, parte sem necessidade de prestação de contas, nem projetos, sujeita a destinação à sorrelfa. Total desviado ou incerto de aplicação em políticas governamentais: R\$ 52,9 bilhões.

O valor é bastante para viabilizar moradia a todas as pessoas em situação de rua, acrescido de arranjo para geração de trabalho e atendimento psicossocial. No entanto, como os recursos (existem, é certo) servem para renda fácil de alguns servidores ou sequestro por outros, falta dinheiro para serviços essenciais. Assim, a sociedade como um todo padece de alguma forma por infortúnios da miséria de muitos. Não se consegue, em algumas cidades, andar nas ruas com tranquilidade.

Seria mais barato para o Estado propiciar moradias aos muito pobres, em especial aos em situação de rua, que arcar, tempos depois, com mais dinheiro para saúde, segurança pública, assistência social, segurança alimentar, e assistir à degradação do estado de bem-estar individual e social.

De pouco adianta derrubar o barraco e remover, expulsar, o semelhante e família para a periferia, sem trabalho e sem condição de moradia digna, edulcorar o sofrimento alheio com soluções paliativas, insustentáveis. As mesmas condições que lhes infelicitam os trarão de volta, em ciclo vicioso, quiçá em situação mais agravada, para conviver e compartilhar agonias velhas e novas.

Move Brasil e efeitos colaterais



» PAULO CESAR MARQUES DA SILVA
Professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles

O governo federal lançou, no último dia 12, o programa Move Brasil, que cria mecanismos de financiamento de motocicletas e bicicletas elétricas a serem adquiridas por trabalhadores do ramo de entregas de mercadorias, transporte de passageiros ou transporte de cargas. O programa contempla profissionais que atuam via plataformas — mais conhecidos como “condutores de aplicativos” — ou com vínculo empregatício formal.

No anúncio da medida provisória que institui o programa, autoridades presentes realçaram o caráter social e incluyente da medida, enfatizando seu foco no reconhecimento e na valorização de uma categoria que exerce papel fundamental na economia nacional, estimada pelo governo em aproximadamente 1 milhão de pessoas. É inegável que, numa perspectiva de curto prazo, as motivações por trás do Move Brasil são justas e bem-intencionadas, visando à redução de custos operacionais desses profissionais. No entanto, essa avaliação positiva inicial não deve obstruir a necessidade de uma reflexão sobre ao menos duas outras dimensões críticas envolvidas.

A primeira, relativa à segurança viária, foi trazida no editorial *Segurança viária também precisa de mais investimentos*, publicado pelo **Correio Braziliense** em 16 de junho. O texto aborda o ambiente hostil e perigoso que usuários de veículos de duas rodas enfrentam diariamente nas vias brasileiras. É crucial salientar que a simples substituição do motor a combustão por propulsão elétrica não mitiga os riscos inerentes à mobilidade em motocicletas — como maior vulnerabilidade em acidentes, precariedade da infraestrutura viária e comportamentos imprudentes no trânsito. A esses fatores agrega-se um agravante de fundo social: as próprias relações laborais que caracterizam o setor, com frequência transferindo aos trabalhadores a responsabilidade por assumir riscos elevados em troca de ganhos muitas vezes insuficientes, tema que já teve a oportunidade de explorar em texto anterior intitulado *Trânsito e trabalho mais violentos*, publicado neste espaço em fevereiro.

A segunda dimensão que pede exame é a da sustentabilidade. Embora elementos a serem investigados não estejam explícitos no programa, foram tangencialmente evocados durante a cerimônia de lançamento. Conforme notícia no portal do Ministério do Planejamento e Orçamento, coube ao ministro Bruno Moretti destacar que o Move Brasil “representa um estímulo à economia e à produção industrial nacional, fundamental para o crescimento econômico brasileiro, já que ele é destinado à aquisição de veículos produzidos no país”. Não há dúvidas sobre a relevância de fomentar a indústria nacional, especialmente no âmbito da política Nova Indústria Brasil. A questão que se impõe, contudo, diz respeito aos custos de médio e longo prazos associados a esse tipo de incentivo.

Antes, é preciso considerar as regras de elegibilidade do programa. A medida provisória exige que os potenciais beneficiários já estejam atuando no mercado de entregas ou transportes — como empregados ou autônomos —, o que, em tese, delimita o público-alvo, evitando a expansão desmedida da frota. Contudo, a experiência em políticas similares recomenda certo ceticismo quanto à efetividade dos mecanismos de controle e fiscalização. É plausível supor que brechas regulatórias possam ser exploradas, facilitando a formação de um mercado paralelo de veículos ou permitindo que beneficiários destinem os bens a usos distintos dos originalmente previstos.

Dessa forma, podemos nos encontrar diante de um cenário paradoxal: embora concebido com o nobre intuito de substituir parte da frota movida a combustíveis fósseis por alternativas de energia mais limpa — mesmo considerando os debates sobre os impactos ambientais da geração de eletricidade e do descarte de baterias —, o programa pode acabar fomentando o crescimento geral da frota de veículos individuais motorizados. Se não forem adotadas salvaguardas eficazes, o aumento no número de motocicletas e bicicletas elétricas poderá transcender a esfera dos serviços profissionais de frete e táxi, incentivando um modelo de mobilidade ainda centrado no transporte motorizado individual, em descompasso com os princípios mais amplos de sustentabilidade.

Assim, o Move Brasil se apresenta como uma iniciativa com méritos iniciais, porém cercada de complexidades que demandam acompanhamento rigoroso e políticas complementares — especialmente no que tange à segurança viária e a uma visão integral de mobilidade urbana sustentável — para que seus benefícios não sejam anulados por externalidades negativas no futuro.

maurenilton



Falar também é cuidar



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital e segunda vice-presidente da Câmara Legislativa

Adolescência é uma fase marcada por descobertas, vulnerabilidades e escolhas. Trata-se do período entre os 12 e os 18 anos, aquele momento de transição em que já não somos crianças, mas ainda não somos adultos. Hoje, aos quase 53 anos, ainda me lembro de como tudo parecia confuso, especialmente quando fui surpreendida pela gravidez.

Tive minha primeira filha, Júlia, aos 22 anos recém-completados. Eu já não era adolescente, mas também não estava pronta para tantas responsabilidades. Recentemente, vi uma reflexão nas redes sociais com a qual me identifiquei profundamente. Dizia algo assim: “Se você tem 21 anos, calma, você é apenas um adulto de um ano. Se tem 25, é um adulto de cinco. Se tem 26, um adulto de seis...” E era exatamente assim que eu me sentia.

A maternidade chegou exigindo uma maturidade que eu ainda estava construindo. A partir dali, eu teria outra vida para cuidar, além da minha, e isso me assustava muito. Se, mesmo fora da adolescência, eu me sentia insegura, assustada e despreparada, é inevitável perguntar: como se sentem meninas e meninos que ainda estão

vivendo a fase das descobertas, muitas vezes sem o apoio e as oportunidades necessárias?

Hoje, Júlia e eu somos grandes amigas e parceiras. Ela está prestes a completar 31 anos e eu, 53. Mas não posso negar o medo daqueles primeiros anos, sentimento que, tenho certeza, também acompanha muitos adolescentes que vivenciam essa realidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que a gestação na adolescência eleva os riscos de complicações para a mãe, para o feto e para o recém-nascido, além de aprofundar problemas socioeconômicos já existentes.

No Brasil, os números da gravidez precoce seguem elevados e preocupantes. A cada hora, 44 adolescentes dão à luz no país, segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Entre elas, cinco ainda não completaram 15 anos.

Por trás desses números, estão histórias marcadas pela vulnerabilidade social, pela falta de informação e, em muitos casos, pela violência sexual. Em 2024, o 19º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* registrou o maior número de estupros de vulneráveis da história. Das 87.545 vítimas, 77% tinham entre 0 e 17 anos, o que evidencia que crianças e adolescentes seguem entre as principais vítimas de violência sexual no Brasil.

Além desses trágicos números, precisamos ampliar nosso olhar para a gravidez na adolescência que ocorre em contextos marcados pela falta de informação, pelo acesso limitado aos serviços de saúde e pela ausência de políticas públicas contínuas de prevenção. Em muitos casos, meninas e meninos iniciam a vida sexual sem

orientação adequada, sem acesso regular a métodos contraceptivos e sem uma rede de apoio capaz de acolher suas dúvidas.

O resultado é uma maternidade e uma paternidade que chegam antes do tempo, interrompe trajetórias escolares, restringe oportunidades e aprofunda desigualdades já presentes em nossa sociedade. Mais do que isso, muitas vezes interrompe sonhos. Todo adolescente tem o direito de sonhar e de planejar o próprio futuro, e cabe a nós criar condições para que esses projetos de vida possam florescer.

Como mulher e mãe de seis filhos, destaco que a educação sexual deve ser compreendida como um direito de crianças e adolescentes e como uma responsabilidade compartilhada entre família, escola e Estado. O diálogo aberto e contínuo sobre as mudanças no corpo, os sentimentos, os limites e o consentimento é uma estratégia fundamental de prevenção às violências, aos abusos, às infecções sexualmente transmissíveis e à desinformação.

Como deputada distrital, reafirmo a necessidade de enfrentar a gravidez na adolescência com responsabilidade e sensibilidade. Trago essa reflexão a partir dos dados, das vivências e das histórias que encontro nos hospitais, onde a realidade não pode ser ignorada.

Este texto é também um convite para que possamos, juntos, encarar esse tema com escuta, diálogo e ações concretas. Porque falar também é cuidar. E cuidar significa garantir que nenhum adolescente tenha seus sonhos interrompidos pela ausência de articulação entre família, escola e Estado.